

Apresentação Oral

SALA 2 – DIREITO

DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS DEVE SER ENTREGUE AOS AVALIADORES, NO DIA DA APRESENTAÇÃO DO ARTIGO.

Google meet: <https://meet.google.com/pro-znuu-rem>

PROFESSORES AVALIADORES: Juliana Alfaia e Francisco Arrais

1. HERANÇA DIGITAL: A Sucessão dos Bens Virtuais

Eduarda Camargo de Medeiros; Juliana Miranda Alfaia da Costa.

RESUMO

Ao longo dos anos a sociedade vem se modernizando cada vez mais, o acesso à internet se tornou comum e indispensável entre a população, em razão dessa facilidade no âmbito virtual houve um aumento considerável dos patrimônios digitais, com valores afetivos ou até mesmo financeiros, que são constituídos por bens imateriais (existentes apenas em meio digital) como por exemplo: e-books, fotos, arquivos de textos, moedas virtuais, assinaturas digitais e principalmente as redes sociais que podem ser consideradas mais importantes economicamente que um bem físico. O direito sucessório no Brasil ainda não estabelece uma legislação específica para regulamentar a herança digital, contudo, no Congresso Nacional tramitam projetos de lei que tratam sobre a regulamentação do tema. Desta forma, surge o questionamento: o que acontece com esse patrimônio digital quando o titular vem a falecer? O objetivo geral desta pesquisa é se aprofundar em tal questionamento, analisando as questões relacionadas ao direito sucessório de bens armazenados no ambiente virtual. A metodologia utilizada neste estudo foi a pesquisa bibliográfica, especialmente, em doutrinas e artigos científicos. A partir disso, foi possível constatar que existe a possibilidade de transmissão de bens *causa mortis*, porém deve predominar o direito à personalidade da pessoa falecida, preservando o princípio da dignidade humana.

PALAVRAS CHAVE: herança; bens digitais; sucessões.

2. A RESPONSABILIDADE CIVIL E A FALTA DE VIGILÂNCIA DOS PAIS SOBRE OS FILHOS E QUAIS MEIOS DE PROVAS LEVAL OS RESPONSÁVEIS A PERDERAM A GUARDA SOBRE OS MESMOS.

Rafael Carlos de Lima de Freitas Barbosa; Juliana Miranda Alfaia da Costa;

RESUMO

Este artigo científico tem como intuito de analisar a importância da responsabilidade civil no Brasil, bem como a falta desta, ou seja, a falta de vigilância dos pais sobre seus filhos quanto o uso pleno do poder familiar que lhe é inerente aos genitores, com mais pertinência específica no âmbito do direito familiar brasileiro. Ora, nos traz as garantias constitucionais e infraconstitucionais que devem ser colocadas em prática pelos pais através da sua responsabilidade civil e poder familiar, com objetivo de proteger e resguardar o direito da criança e/ou adolescente, assim como, a intervenção necessária do Estado sobre os direitos a serem cumpridos e quais medidas de provas que serão cabíveis contra um ou ambos

os genitores que podem ferir o direito protegido do menor por norma constitucional e infraconstitucional. E, também quais os tipos de provas a serem usados e com a breve historicidade de como foi o seu desenvolvimento, que é aplicado atualmente como forma de reforçar a sua aplicabilidade legal. Ulterior, a esta abordagem sucinta dos direitos e deveres que são garantidos pela norma constitucional e infraconstitucional quanto a proteção dos direitos da criança e/ou adolescente, o poder familiar e a responsabilidade civil dos genitores e os meios de provas cabíveis contra a possível retirada da guarda dos genitores com intervenção do Estado, com o uso de métodos dedutivos através de estudos baseados em bibliografias de doutrinas e legislações para sustentação da tese deste presente artigo.

PALAVRAS-CHAVES: responsabilidade civil; criança e adolescente; efeitos de verdade.

3. RESPONSABILIDADES DOS CÔNJUGES NA GUARDA COMPARTILHADA

Roberta de Brito Vieira; Elaine Matos; Vitor Carvalho

RESUMO

O direito de família é tema caro para o operador do direito, visto que trata de assuntos sensíveis e estritamente de interesse da sociedade civil e do Estado, mais precisamente quando há menores de idade envolvidos, pois é dever da sociedade como um todo protegê-los. Desta forma, o presente trabalho tem como escopo realizar análise sobre o tema da guarda compartilhada no direito de família, demonstrando sob a ótica jurídica o que é o casamento e como se extingue, demonstrando como o ordenamento jurídico trata o tema, por meio de reflexão e revisão bibliográfica, apresentar quais são os direitos e deveres dos pais em relação aos menores de idade, informações sobre pagamento de pensão alimentícia, as formas e como o cálculo é realizado caso não haja acordo, quais são as funções do Estado no momento de sua intervenção quando há interesse de menor de idade envolvido, bem como conteúdo legislativo relevante, como o estatuto da criança e do adolescente, com introdução apresentando o tema, definição com informações de cunho histórico e o tema propriamente dito. O objetivo do trabalho é ser meio rápido e célere de pesquisa sobre o tema, trazendo revisão bibliográfica fundamentada, com vistas a ampliar o campo de pesquisa do leitor.

PALAVRAS-CHAVE: menores; guarda; ministério; público; direito de família.

4. RESPONSABILIDADE CIVIL POR ABANDONO AFETIVO

Isabelle Eduarda Vieira Jovanovichs; Elaine Aparecida de Matos.

RESUMO

O presente trabalho busca verificar a responsabilidade civil dos genitores por abandono afetivo, quais os requisitos para configuração do dano moral e elucidar que a presença dos genitores é de marco crucial na vida dos filhos, pois eles são reflexos dos pais e sua formação como pessoa humana que se dá através da convivência e do laço afetivo desenvolvido entre eles. Além disso, será realizado, um breve embasamento sobre a evolução histórica referente ao significado de “família” e sobre a contínua mudança no âmbito familiar no decorrer dos anos. Será abordada a legislação, a doutrina e a formação de jurisprudência com o pensamento dos Tribunais, sobre os direitos e deveres que regem o direito de família. Será tratado também, os dispositivos legais que garantem os direitos e preservam a criança e ao adolescente sobre o tema. Será atestada a relevância sobre a assistência dos pais na educação e no crescimento de seus filhos, apontamentos sobre as consequências do abandono afetivo na vida da criança pelo ato de desinteresse e omissão dos pais, sobre as possíveis negligências como a não realização de cuidado, atenção e proteção que podem gerar irreparáveis danos ao menor. Serão apresentadas as decisões jurisprudenciais desfavoráveis e favoráveis em relação ao tema.

PALAVRAS-CHAVE: abandono afetivo; dano moral; responsabilidade civil; família.

5. O INÍCIO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA PESSOA E O DIREITO DO NASCITURO

Débora Ribeiro Mariano de Souza; Elaine Aparecida de Matos.

RESUMO

Onde começa a personalidade jurídica de uma pessoa? Toda pessoa tem seus direitos e deveres a serem cumpridos ou adquiridos, e assim até seus últimos suspiros de vida. Mas quando exatamente se inicia, é somente quando nasce ou antes? Toda pessoa não importa de onde ela vem ou como ela é ou o que ela é, essa pessoa vai ter uma personalidade jurídica. De uma forma genérica é aptidão que a pessoa vai ter desde seu nascimento de ter seus deveres e direitos. A personalidade jurídica tem sua garantia absoluta no ordenamento jurídico brasileiro, no entanto, que dá ao direito de personalidade o caráter irrevogável e intransferível. Nesse sentido todas as pessoas sem exceções, com suas diferenças têm seus deveres e direitos protegidos por lei, independentemente de raça, gênero, cor, religião e etc. A Constituição Federal, os princípios e teorias e várias decisões do Supremo Tribunal Federal e Supremo Tribunal de Justiça, em algumas situações estendem o direito a personalidade desde a concepção, desta forma cada indivíduo é protegido por lei mesmo antes de seu nascimento com vida.

PALAVRAS-CHAVE: personalidade jurídica; nascituro; dignidade da pessoa humana;

6. MENORES E OS IMPACTOS NOCIVOS NA INTERNET PELA FALTA DE VIGILANCIA DOS PAIS - ABANDONO DIGITAL

Veronica Pocaia da Cruz; Elaine Aparecida de Matos.

RESUMO

O presente trabalho aborda a responsabilidade civil dos pais sobre os filhos menores na internet, onde essas crianças e adolescentes passam a maior parte do tempo em redes sociais e muitas das vezes seus pais não estão sempre cientes do que está sendo visto por eles, e não estão tendo este controle, sobre o que está sendo visto e acessado por eles.

PALAVRAS-CHAVE: responsabilidade civil dos pais; menores; vigilância dos pais.

7. ABANDONO AFETIVO NO DIREITO BRASILEIRO E SUAS IMPLICAÇÕES QUANTO A RESPONSABILIDADE CIVIL DO GENITOR AUSENTE

Jussara Ruiz Reis; Francisco Ricardo de Moraes Arrais.

RESUMO

O abandono afetivo no direito brasileiro envolve a falta de afeto e cuidado do genitor para com o filho. A responsabilidade civil pode ser reconhecida em casos de negligência emocional comprovada. O melhor interesse da criança deve ser considerado e a reparação dos danos é buscada. A prevenção é essencial, exigindo conscientização da sociedade e acesso à justiça para combater o abandono afetivo e proteger os direitos das crianças. Em suma, este artigo tem como objetivo discutir a questão do abandono afetivo no direito brasileiro e suas implicações quanto à responsabilidade civil do genitor ausente.

PALAVRAS-CHAVE: genitor ausente; negligência afetiva; responsabilidade civil.

8. GUARDA DE ANIMAIS

Yasmin Martins Faustino Dias de Souza; Hugo Ferreira Calderaro.

RESUMO

O presente artigo possui como finalidade discutir sobre qual será o destino dos animais de estimação no momento da dissolução de um relacionamento, desde a união estável até o casamento, estudando a possibilidade de como tornar-se-á a guarda destes animais que possuem senciência, fixa-se ainda que o presente possui como meta a criação de uma lei específica para a relação dos pais de *pets* e os mesmos durante a dissolução do vínculo conjugal. As conclusões apresentadas deram-se após pesquisas realizadas através de documentos, bibliografias e jurisprudências, que, demonstram a importância dos animais de estimacões no seio das famílias atuais, que atribuem a estes animais o *status* de filhos, melhor dizendo, não se deve tratar estes *pets* como “coisas”, mas sim como seres inteligentes e que possuem senciência, por isso lhes são atribuídos direitos que preveem o zelo com responsabilidade, e principalmente versaremos sobre os cuidados durante a quebra de uma relação. Consequentemente este artigo narrará ainda sobre a evolução destes animais na vida humana, e o porquê eles possuem um valor mais abrangente do que está previsto no Código Civil e em outras Leis esparsas. Importante mencionar ainda que atualmente existem projetos de Lei em tramitação para regularizar a situação dos animais domésticos no momento da quebra conjugal.

PALAVRAS-CHAVE: guarda; animais de estimação; ser senciente. divórcio. dissolução de união estável.